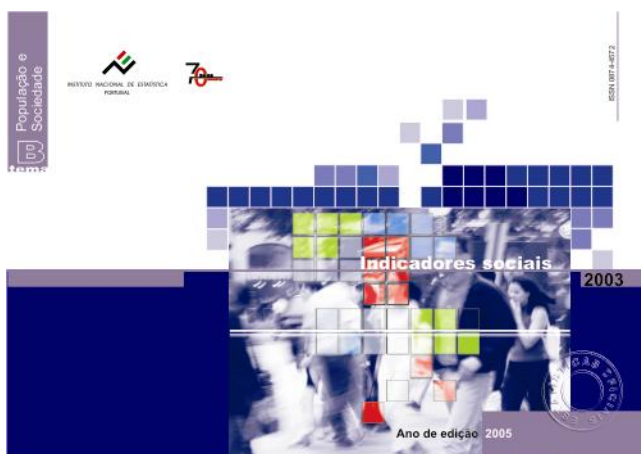




## INDICADORES SOCIAIS 2003 (2003)

### INE EDITA INDICADORES SOCIAIS 2003

Encontra-se disponível, a partir desta data, a publicação *Indicadores Sociais 2003*, cujo objectivo é a actualização da principal informação estatística de carácter social.



A publicação dos *Indicadores Sociais* tem como objectivo a actualização anual dos indicadores divulgados na publicação, de periodicidade quinquenal, *Portugal Social*.

Para além da actualização da informação, esta edição contempla a redefinição regional decorrente das alterações na *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos* (NUTS 2002), para efeito de apresentação de séries retrospectivas, sempre que tal se mostrou metodologicamente exequível.

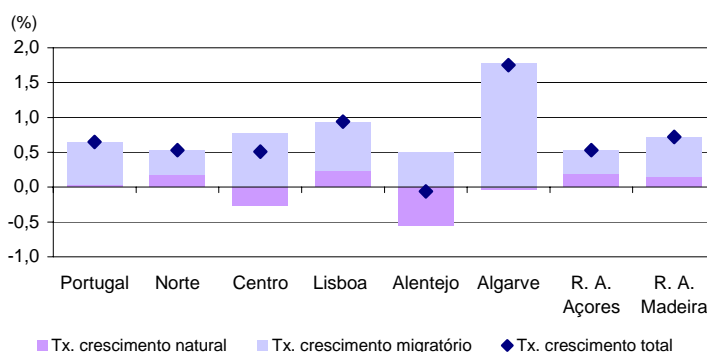
A informação está organizada em 11 capítulos, destacando-se os principais aspectos, por domínio sociodemográfico.

#### Capítulo 1 - População

O crescimento da população residente em Portugal<sup>1</sup> diminuiu entre 2002 (0,76%) e 2003 (0,65%), em consequência do abrandamento das taxas de crescimento natural e migratório.

O fenómeno de envelhecimento demográfico prossegue, aumentando ligeiramente a diferença entre a proporção da população idosa ( $\geq 65$  anos), que representa 16,8% e a da

Taxas de crescimento total, natural e migratório, Portugal e NUTS II, 2003



Fonte: INE - Estimativas de População Residente

<sup>1</sup> População residente em 31 de Dezembro



população jovem ( $\leq 14$  anos), que representa 15,7% do total da população residente em 2003.

O Índice Sintético de Fecundidade foi, em 2003, de 1,44 crianças por mulher, ligeiramente inferior ao do ano anterior (1,47), registando-se os valores mais elevados no Algarve (1,66) e na Região Autónoma dos Açores (1,65), e o mais baixo no Centro (1,34). As mulheres dos 25 aos 29 anos registaram a taxa de fecundidade mais elevada (89,7%), seguida da registada no grupo etário dos 30-34 (84,6%).

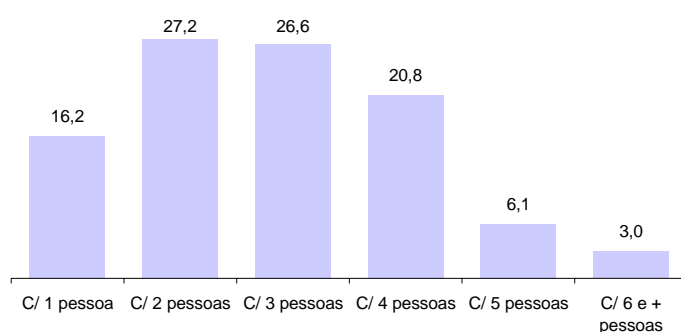
A população estrangeira com residência legal em Portugal aumentou, em 2003, 4,9% em relação ao ano anterior, continuando a África (47,3%) e a Europa (30,7%) como principais regiões de origem. O número de pessoas que emigrou, no mesmo período, diminuiu cerca de 1,3% face ao ano anterior. Esta tendência foi, exclusivamente, originada pela emigração de carácter permanente, uma vez que a de carácter temporário registou um acréscimo.

## Capítulo 2 - Famílias

Mais de metade das famílias portuguesas são constituídas por duas ou três pessoas, representando, em 2003, 53,8% do total das famílias.

Em 2003, as famílias com filhos representavam 58,9% do total, evidenciando um decréscimo face ao ano anterior, situação que se enquadra na tendência verificada desde 1998. Apenas as famílias com um filho aumentaram a proporção, passando a representar 31,6%.

Distribuição percentual das famílias segundo a dimensão, Portugal, 2003



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Relativamente à nupcialidade, as principais tendências mantêm-se: o número de casamentos continua a diminuir, realizando-se em idades cada vez mais elevadas. A opção pela modalidade exclusivamente civil tende a aumentar (de 37%, em 2002 para 40%, em 2003), em detrimento dos casamentos católicos.

A idade média da mulher ao nascimento dos filhos continua a aumentar, situando-se, em 2003, nos 27,4 anos no que se refere ao primeiro filho e nos 29,2 anos ao nascimento de um filho.

## Capítulo 3 – Educação

A despesa pública em Educação representava 7% do Produto Interno Bruto, situação que revela alguma estabilidade desde 1999.

No ano lectivo 2002/2003, o número de alunos matriculados no ensino básico regular diminuiu face ao ano anterior. Esta situação sucedeu em quase todos os níveis, exceptuando-se o 2º ciclo, que aumentou a população escolar, quer no ensino público quer no privado. No 3º ciclo, embora o total de alunos matriculados tenha efectivamente diminuído, aumentaram as matrículas no ensino privado.

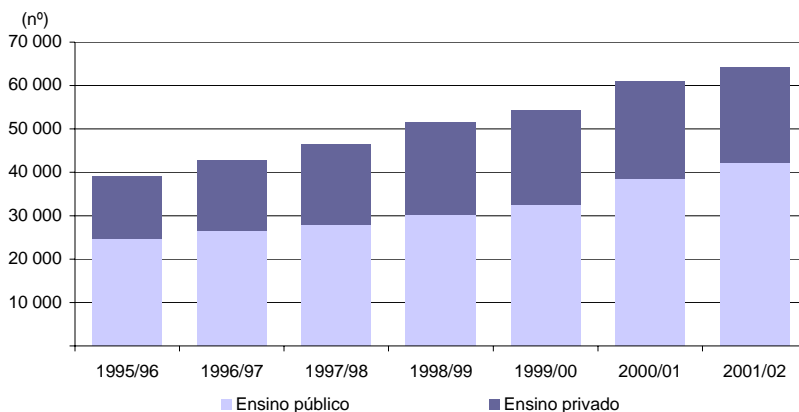


No ensino secundário regular a tendência decrescente do número de alunos matriculados foi transversal aos sistemas público e privado.

O número de alunos matriculados no ensino superior continuou a aumentar, embora a ritmo mais lento. Para esta situação contribuiu apenas o ensino público, mantendo-se as matrículas no ensino privado em declínio, tal como observado desde 2000/2001.

O número de diplomados do ensino superior no ano lectivo de 2001/2002 foi de 64 098, verificando-se uma maioria de diplomas atribuídos a mulheres (numa proporção de cerca de 2 mulheres por cada homem).

Diplomados do ensino superior público e privado, 1995/96 - 2001/02



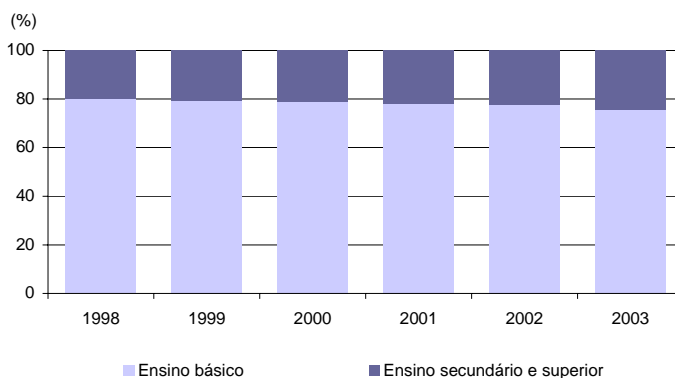
Fonte: GIASE - Ministério da Educação; OCES - Ministério da Ciência e do Ensino Superior

#### Capítulo 4 – Emprego, Salários e Condições de Trabalho

A população empregada diminuiu entre 2002 e 2003, situando-se neste ano em 5 118 milhares de indivíduos. Na análise do emprego por sector de actividade, realça-se a importância dos Serviços que passaram a representar mais de 55% da estrutura do emprego, em contraponto à perda progressiva do sector Secundário (de 33,6% em 2002 para 32,3% em 2003), enquanto que o sector Primário revela alguma estabilidade (12,5% em 2003). Verifica-se que, desde 1998, o emprego de indivíduos com níveis de habilitação académica mais elevados (ensino secundário e superior) apresenta uma tendência de aumento, situando-se em 24,4% do emprego total, no ano de 2003.

A taxa de desemprego continua a aumentar, particularmente no sexo masculino, e, na análise por idades, no grupo dos 15 aos 24 anos. A nível regional, Alentejo e Lisboa atingiram, em 2003, as taxas de desemprego mais elevadas.

Emprego segundo o nível de habilitação escolar, Portugal, 1998-2003



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

De acordo com a informação obtida a partir dos Quadros de Pessoal, as remunerações e os ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem aumentaram entre os anos de 1996 e 2002 acima da taxa de variação média anual, registada pelo Índice de Preços no Consumidor.

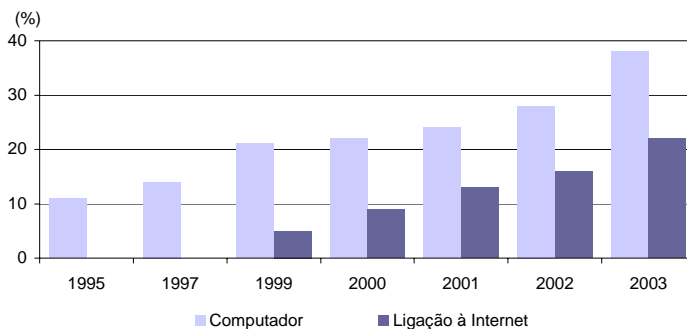
## Capítulo 5 – Sociedade da Informação e do Conhecimento

Em 2003, 38% dos agregados domésticos residentes em Portugal possuíam computador e 22% possuíam ligação à Internet.

Em termos regionais, Lisboa registou as maiores proporções de posse de computador e de ligação à Internet (respectivamente 47% e 29%).

O número de assinantes do serviço móvel terrestre continuou a aumentar – quase 10%, entre 2002 e 2003 – atingindo uma densidade telefónica muito próxima dos 90%, no último ano em análise.

Posse de computador e ligação à Internet dos agregados domésticos, Portugal, 1995-2003



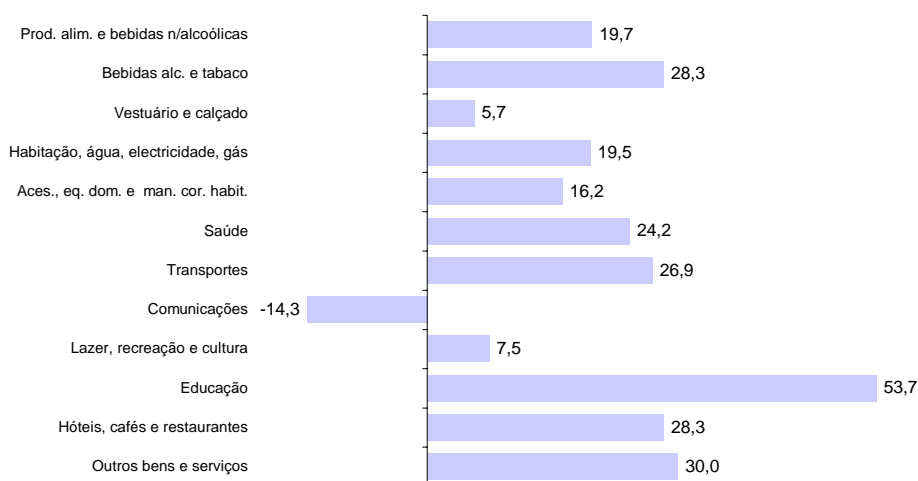
Fonte: INE - Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias; ANACOM e OCT; INE - IOF (2000), IOT (1999), IC (1995, 1997)

O número de assinantes da televisão por cabo continuou a aumentar (1,3 milhões, em 2003), embora a ritmos decrescentes, desde 1996. A nível regional, Lisboa detinha a maior percentagem de assinantes (ultrapassando os 50% em 2003).

## Capítulo 6 – Condições de Vida das Famílias

Em 2003, o Produto Interno Bruto por habitante ascendia a 12,5 mil euros. A nível regional, Lisboa continuou a deter os valores mais elevados, quer do PIB por habitante quer do Rendimento Disponível Bruto das Famílias, embora tenha sido na Região Autónoma da Madeira que se observou o maior aumento do PIB por habitante, entre 1995 e 2002.

Taxa de variação (%) do Índice de Preços no Consumidor, no período 1997-2003



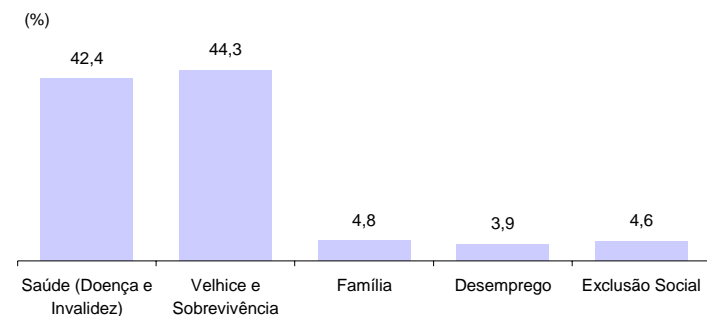
Fontes: INE, IPC base 100=2002 e IPC base 100=1997 compatibilizada com a série base 100=2002

Relativamente ao Índice de Preços no Consumidor verifica-se que, entre 1997 e 2003, a maior taxa de variação ocorreu na classe de despesas com *Educação* (53,7%), enquanto que na classe *Comunicações* se observou uma diminuição de 14,3%, no mesmo período.

O endividamento das famílias continua a aumentar, mantendo-se acima do rendimento disponível, desde 2002.

## Capítulo 7 – Protecção Social

Prestações de protecção social, por grupos de funções e per capita, Portugal, 2002



Fonte: INE - Estatísticas da Protecção Social

A partir de 1998 as despesas de protecção social têm registado valores superiores às receitas.

A função “Velhice e Sobrevivência” manteve a primeira posição no total das prestações da protecção social que, juntamente com a função “Saúde”, perfizeram perto de 87% do total das prestações sociais em 2002.

O número total de beneficiários da função “Desemprego” aumentou cerca de 10% entre 2001 e 2002.

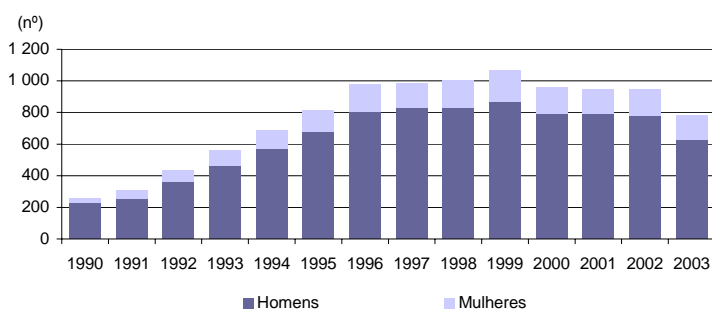
O número de famílias beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido manteve a tendência decrescente desde 2001, situando-se, no ano de 2003, em 126 386.

## Capítulo 8 – Saúde

Em 2003, a despesa pública em Saúde situa-se nos 7,1% do Produto Interno Bruto, tendo o Consumo Final das Famílias, nesta área, atingido os 2,9%.

A lotação praticada de camas hospitalares e de centros de saúde diminuiu de 4,3 para 3,7 camas por mil habitantes entre 1995 e 2003. Ao contrário, o número de internamentos por cama aumentou cerca de 11% no mesmo período (mantendo-se nos 31,5 desde 2002), enquanto que a duração média encurtou para 8,7 dias (face aos 9,8 em 1995).

Casos de SIDA, por sexo, segundo o ano de diagnóstico Portugal, 1990-2003



Fonte: INSA - Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

Os casos diagnosticados de SIDA diminuíram cerca de 17% entre 2002 e 2003, tendência que se verifica desde o ano 2000. O decréscimo foi mais acentuado nos homens (-19,5%).

A taxa de mortalidade infantil desceu em 2003 ao nível mais baixo de sempre (4,1 por mil nados vivos). A Região Autónoma da Madeira e a região do Alentejo registaram os valores mais elevados (7,9‰ e 5,2‰, respectivamente).

## Capítulo 9 – Ambiente

A despesa dos municípios em Gestão e Protecção do Ambiente continua a aumentar, destacando-se, em 2003, o domínio “Gestão de resíduos” com mais de metade das despesas (cerca de 59%).

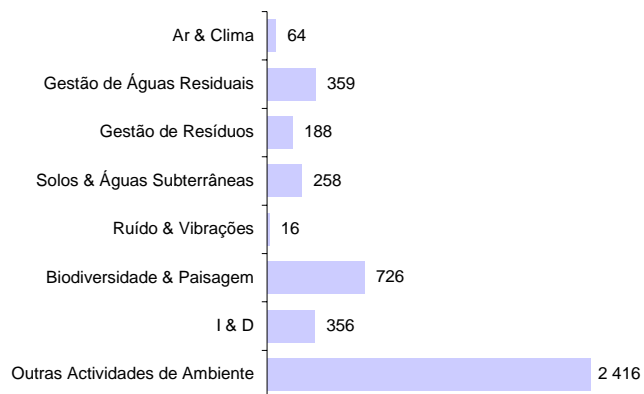




O número de actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) diminuiu entre 2002 (4 479) e 2003 (4 383), particularmente nos domínios “Ruído e Vibrações” e “Gestão de Resíduos”, verificando-se contudo um acréscimo expressivo nas que se referem a “Investigação e Desenvolvimento” (cerca de 128% entre 2002 e 2003).

Em 2003, 92% da população residente era servida por abastecimento de água, observando-se o aumento da cobertura de drenagem e tratamento de águas residuais, respectivamente para 74% e 60% da população residente.

Número de actividades desenvolvidas pelas ONGA, por domínios de ambiente, Portugal, 2003



Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

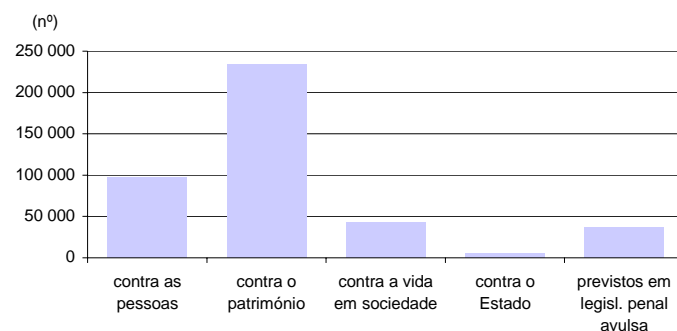
## Capítulo 10 – Justiça

Apesar da diminuição do número de reclusos existentes nas cadeias portuguesas e do aumento da respectiva lotação, manteve-se, em 2003, a ocorrência de sobrelotação nos estabelecimentos prisionais (rácio de 1,15).

O número de processos entrados nos tribunais judiciais de 1ª instância aumentou em todas as espécies (Cível, Penal, Trabalho e Tutelares), entre 2002 e 2003, particularmente nos de Trabalho (com um acréscimo de cerca de 22%) e nos Tutelares (que aumentaram 14%).

A criminalidade regista um acréscimo de 6,6% face ao ano anterior, ascendendo a proporção de condenados em relação aos arguidos a 66%. Os “Crimes contra o Estado” e os “Crimes contra a Paz e Humanidade/Crimes contra a Vida em Sociedade” observaram os maiores aumentos entre 2002 e 2003, embora representem cerca de 12% dos crimes registados.

Crimes registados pelas autoridades, segundo as definições gerais, Portugal, 2003



Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça

Os crimes de condução com taxa de álcool superior à determinada por lei, quase triplicaram entre 1995 e 2003, passando, no mesmo período, de 81 para 218 crimes em cada 100 000 habitantes.

## Capítulo 11 – Cultura e Lazer

O Consumo Final das Famílias em Lazer, Recreação e Cultura representava em 2003, 4% do Produto Interno Bruto e 1,2% das despesas públicas<sup>2</sup>.

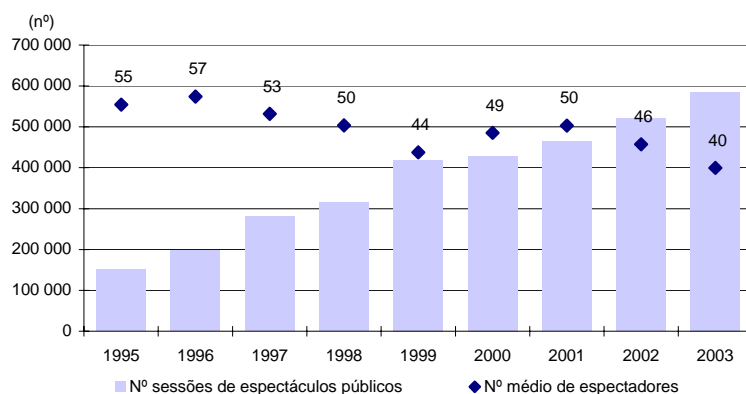
Os jornais aumentaram ligeiramente o número total de edições anuais entre 2002 e 2003 (0,6%), verificando-se um comportamento inverso com as revistas (-4,2% no mesmo período).

O número de sessões de espectáculos públicos tem registado um acréscimo contínuo no período em análise. Por outro lado, o número médio de espectadores por sessão, que, em 2003, se situava em 40, tem observado uma tendência decrescente nos dois últimos anos.

As sessões de concerto e bailado foram, de entre os espectáculos públicos, as que mais aumentaram entre 1995 e 2003, registando um expressivo aumento no número de espectadores (cerca de 347%). As sessões de teatro registam igualmente um aumento significativo, embora de menor amplitude (160%); porém, é o único dos espectáculos públicos onde se regista também um aumento do número médio de espectadores por sessão, naquele período.

Em 2003 foram apuradas 1 960 bibliotecas, observando-se um aumento face ao ano anterior, do número de utilizadores, bem como do número de documentos consultados.

Evolução do número de sessões de espectáculos públicos e do número médio de espectadores, Portugal, 1995-2003



Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Para a execução da publicação *Indicadores Sociais 2003* recorreu-se às seguintes fontes de informação:

INE – Estimativas de População Residente; INE – Estatísticas Demográficas; INE – Inquérito ao Emprego; INE – Contas Nacionais; MCIES – Observatório da Ciência e do Ensino Superior; ME – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo; MAET – Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho; MSSFC – Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento; INE – Estatísticas das Comunicações; Observatório da Ciência e do Ensino Superior – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional; ANACOM – Anuário Estatístico de 2003; ME – Departamento GIASE – Recenseamento Escolar Anual 2001/2002 e 2002/2003 – Inquérito Preliminar; INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, 2001 e 2002; INE – Contas Regionais; INE – Índice de Preços no Consumidor; INE – Estudo do Poder de Compra Concelhio; EUROSTAT – Indicadores Estruturais; Banco de Portugal – Relatório Anual de 2003; Direcção Geral do Tesouro; INE - Estatísticas da Protecção Social; MSST – IIES – Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade; MSST – IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; IGIFS – Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde; Instituto de Seguros de Portugal, INE – Estatísticas da Saúde; INSA – Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis; INE – Estatísticas do Ambiente; Ministério da Justiça – Estatísticas da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento; INE – Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio; INE – Inquérito à Procura Turística dos Residentes.

De uma forma geral, toda a informação apresentada nesta publicação encontra-se disponível em vários suportes de difusão, produzidos e divulgados pelo INE, aconselhando-se a consulta do site [www.ine.pt](http://www.ine.pt) para maior detalhe e eventual actualização de alguns indicadores apresentados.

<sup>2</sup> COFOG – “Despesas das Administrações Públicas em serviços recreativos, culturais e religiosos”